

NARRATIVAS PROTAGONIZADAS PELO JOVEM APRENDIZ: UMA REVISÃO DAS PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS [2017/2022]

Data de aceite: 01/04/2024

Alcione Bononi Paiva Miranda

Mestra em Educação Tecnológica
Instituto Federal do Triângulo Mineiro
Uberaba - MG

Anderson Claytom Ferreira Brettas

Doutor em Educação
Instituto Federal do Triângulo Mineiro
Uberaba - MG

RESUMO: O Programa Jovem Aprendiz (PJA) desempenha um papel crucial na integração de jovens no mundo do trabalho, unindo aprendizado prático e formação teórica. A compreensão dos jovens sobre o PJA é crucial para o sucesso do programa, impactando tanto os participantes quanto a sociedade. Este trabalho visa analisar a percepção dos jovens aprendizes em relação ao PJA, identificando desafios, benefícios e implicações para sua formação e inserção profissional e suas perspectivas futuras. A pesquisa utilizou uma abordagem de revisão de recentes, com a coleta de dados a partir de várias bases de dados. Os resultados revelaram uma compreensão mais profunda das percepções dos jovens aprendizes em relação ao PJA, fornecendo *insights* valiosos para políticas públicas

futuras e melhorias no programa, visando atender às necessidades dos jovens e do mundo do trabalho. Esta pesquisa contribui para uma discussão mais informada sobre o PJA e seu impacto no cenário nacional.

PALAVRAS-CHAVE: programa jovem aprendiz, jovem aprendiz, mundo de trabalho.

NARRATIVES LED BY THE YOUNG APPRENTICE: A REVIEW OF PUBLICATIONS IN JOURNALS [2017/2022]

ABSTRACT: The Young Apprentice Program (YAP) plays a crucial role in the integration of young individuals into the workforce, combining practical learning with theoretical training. The understanding of young people regarding YAP is fundamental to the program's success, impacting both participants and society. This study aims to analyze the perception of young apprentices regarding YAP, identifying challenges, benefits, and implications for their education and professional integration, as well as their future prospects. The research employed a methodology of reviewing recent articles, collecting data from various

databases. The results revealed a deeper understanding of young apprentices' perceptions of YAP, providing valuable insights for future public policies and program enhancements to meet the needs of young individuals and the labor market. This research contributes to a more informed discussion about YAP and its impact on the national stage. Keywords: Young Apprentice Program. Young apprentice. Workforce.

KEYWORDS: young apprentice program, young apprentice, world of work.

INTRODUÇÃO

Desde a sua criação, o Programa Jovem Aprendiz (PJA) tem desempenhado um papel significativo na promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho. Aliar a aprendizagem prática em empresas com a formação teórica direcionada, tem a intenção de oferecer oportunidades valiosas aos jovens que almejam adquirir experiência profissional enquanto o mercado exige certo domínio em algumas áreas. O programa atende as necessidades dos empregadores, e em contra partida, oportuniza acolher o anseio de muitos jovens quanto a primeira experiência de emprego, o crescimento pessoal e direcionamento de carreira.

A Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000 é um importante marco para essa iniciação profissional, pois regulamenta as condições que devem ser seguidas para que este sujeito tenha condições salubres de trabalho e seus direitos garantidos. Estabelece, de certa forma que o jovem se encontra em idade escolar e não poderá abandoná-la em detrimento ao trabalho, sendo que até o ensino médio a educação é considerada básica.

O Programa Nacional de Aprendizagem compõe o rol de políticas públicas do governo com o intuito de integrar a educação e o trabalho, promovendo uma oportunidade para a inserção ao primeiro emprego e resguardando os direitos do jovem aprendiz para que sejam cumpridos conforme as determinações legais. Embora a prática do trabalho do menor sempre tenha ocorrido, a proposta é que atenda ao princípio da proteção integral com origem na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança em Assembleia Geral das Nações Unidas que reconhece a vulnerabilidade, e a hipossuficiência da criança e do adolescente.

É uma resposta ao estamento social, moral e material em que se encontram grande parte destes jovens oriundos de uma classe economicamente menos favorecida. Corroborando com a procura prematura deste sujeito por uma vaga no mundo do trabalho para atender a diversas expectativas, seja de complementar o sustento familiar ou uma promoção individual para que tenha condições de suprir suas demandas juvenis. Contudo, levando-se em conta a pouca idade, a baixa escolaridade e a falta de experiência, sempre exigida em processos seletivos que visam a ocupação laboral, alcançar esse posto se torna uma realização cada vez mais distante.

Existe a proibição explícita na Constituição Federal de 1988 quanto ao trabalho do menor de dezesseis anos, porém, a Carta Magna apresenta a ressalva da contratação do menor na condição de aprendiz, que neste caso, pode acontecer a partir dos catorze anos de idade. A própria Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, se encarrega de realizar uma abordagem sobre a promulgação da Lei nº 10.097/2000 intitulada Lei de Aprendizagem. Semelhantemente, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069/1990 prevê o direito a aprendizagem visando sua proteção. De acordo com o art. 62 do ECA (BRASIL, 1990), “considera-se aprendizagem a formação técnico- profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor”.

Por conseguinte, é preciso não se deixar envolver por um pseudoargumento de que resolvida a formalização da primeira oportunidade laboral tal sujeito estivesse formado e pronto aos desafios latentes do mundo do trabalho. Ora, não se tem a certeza de que esta política é cumprida de forma igualitária em todo o território nacional, por vezes algumas empresas desconhecem o seu compromisso, em outras o empresário nega-se a cumpri-la até o momento que pode sofrer uma sanção da Lei, e por outras há a insuficiência de fiscalização para que em todo o percurso deste jovem o acompanhamento seja disponibilizado com vistas a trazer uma visão mais ampla e equânime que contribua com seu futuro.

Para ingressar como aprendiz, o jovem deve ter no mínimo catorze anos e no máximo vinte e quatro anos incompletos, além de estar cursando o ensino regular, caso ainda não tenha concluído o ensino médio. A prioridade é que a seleção seja realizada entre jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme o art. 66, § 5º do Decreto nº 9.579/2018 (BRASIL, 2018). Vale ressaltar que, para o aprendiz com deficiência, esta idade máxima não é exigida, podendo inclusive, haver um adicional no prazo.

O Decreto nº 9.579/2018 regulamenta a contratação de aprendiz e estabelece parâmetros para o cumprimento da Lei. Desta forma, toda contratação que ocorrer entre os jovens na condição de aprendizes deve ser pautada nos direitos trabalhistas e previdenciários, além da garantia da formação técnica e profissional. Assim, para ter validade o contrato deve ser anotado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, sendo o vínculo como aprendiz condicionado a matrícula e frequência do jovem no ensino fundamental ou médio, resguardando o direito à escolarização. Neste caso, a comprovação deve ser realizada através de atestado da instituição de ensino regular.

A percepção dos jovens aprendizes sobre o PJA é uma questão complexa e multifacetada que envolve seus sentimentos, expectativas e experiências ao integrá-lo. O modo como percebem essa vivência desempenha papel crucial na avaliação do sucesso e do impacto do programa tanto do ponto de vista dos indivíduos envolvidos quanto da necessidade da sociedade como um todo. Compreender como os sujeitos veem sua participação no programa pode fornecer entendimento valioso sobre os desafios que eles enfrentam, os benefícios que percebem e a maneira pela qual esse contato contribui para as suas perspectivas futuras.

Esta revisão de literatura tem como objetivo analisar o que os estudos recentes têm apresentado sobre como os jovens aprendizes percebem a sua participação em relação ao PJA, identificando os principais pontos de vista, desafios e benefícios percebidos ao longo de sua permanência, além das implicações para a sua formação e inserção no mercado de trabalho.

Para este alcance, os objetivos específicos explorados são: (i) analisar através das publicações dos últimos cinco anos, quais os principais desafios e benefícios percebidos pelos jovens durante a participação no programa; (ii) descrever as percepções relatadas sobre o seu desenvolvimento pessoal e profissional; (iii) apresentar as perspectivas para o futuro no que se refere à sua trajetória formativa e profissional.

Esta pesquisa busca fornecer uma compreensão mais profunda e abrangente do PJA, podendo contribuir para políticas públicas futuras e uma discussão para melhorar a eficácia deste importante programa dentro do território nacional.

TRILHA METODOLÓGICA

A revisão de literatura desta pesquisa consiste no levantamento sistemático do *estado da arte* realizado por meio da busca em bases de dados: no Portal de Periódicos da Capes, no *Google Scholar*, no *SciVerse Scopus*, na *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*, e na *Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDib)*.

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39).

Levando em conta a relevância do tema, faz-se necessário saber o que as publicações recentes versam sobre o assunto e ainda se os estudos levam em consideração o que estes atores sociais dizem e esperam da sua participação no programa e o que pensam sobre o seu futuro.

Desta forma, optou-se pela análise de artigos de periódicos publicados nos últimos cinco anos que incluíssem em seus títulos os descritores acrescidos do operador booleano¹ (*AND*), “jovem *AND* aprendiz” e “jovens *AND* aprendizes”, justamente por se tratar de tema amplamente abordado por diversas áreas de estudos e que vem ganhando certo destaque na discussão de políticas públicas que melhorem as condições adversas que, principalmente, jovens das camadas mais pobres enfrentam em relação à vulnerabilidade e incertezas quanto ao futuro. No gráfico 1 é apresentado o total de artigos recuperados a partir das combinações apresentadas conforme a base de dados.

¹ A função do operador booleano é estabelecer uma relação entre os termos da pesquisa. Podem ser utilizados *AND*, *OR* e *NOT* dependendo do intuito, ser mais genérico ou não. Neste caso, *AND* harmoniza-se com as duas palavras fazendo com que o resultado apresente esta combinação.

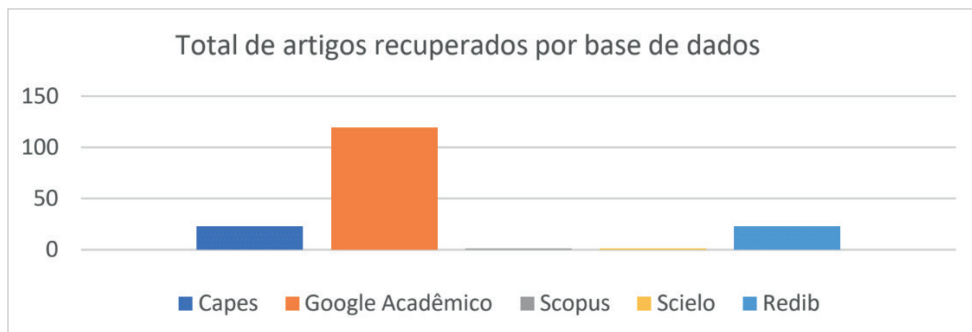


Gráfico 1 – Total de artigos recuperados por base de dados

Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 2 é possível verificar o total de artigos analisados conforme a base de dados pesquisada.

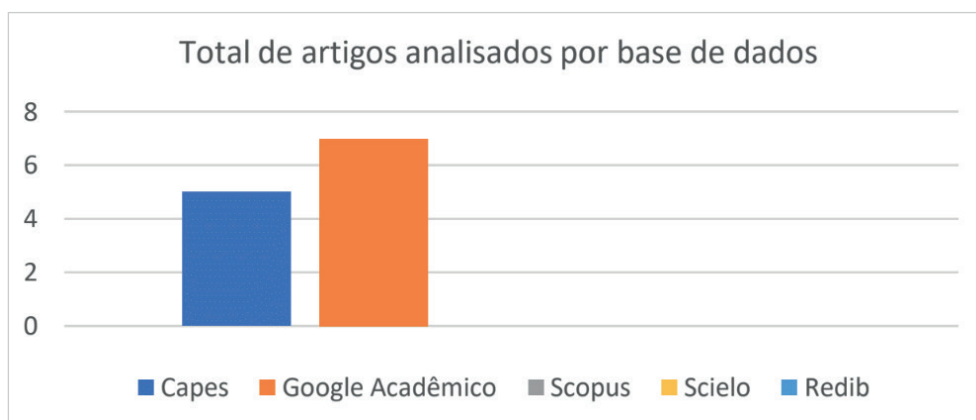


Gráfico 2 – Total de artigos analisados por base de dados

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesta primeira etapa foi realizada a leitura dos títulos apresentados na recuperação dos resultados, sendo selecionados aqueles textos que descrevessem informações acerca da temática desenvolvida como a inserção do jovem no PJA, os sentidos e significados do trabalho para este jovem aprendiz, sendo priorizado os textos que trazem relatos dos próprios aprendizes como protagonistas deste processo. Como pode ser observado na tabela 1, do total de 167 trabalhos recuperados foram selecionados inicialmente 19, sendo que destes, 7 estavam repetidos e/ou apresentavam mais de uma versão no cruzamento das bases de dados. Sendo assim, a segunda fase considerou a leitura exploratória dos 12 artigos selecionados para que pudessem integrar este presente estudo.

Base de dados	Combinação	Resultado da busca	Artigos Seleccionados	Repetidos	Analizados
Capex		23	8	3	5
Google	“jovem AND aprendiz”	119	10	3	7
Scopus	“jovens AND aprendizes”	1	0	0	0
Scielo		1	0	0	0
Redib		23	1	1	0
TOTAL		167	19	7	12

Tabela 1 – Resultado da Pesquisa Bibliográfica realizada nas Bases de Dados – (2017-2022)

Fonte: Elaborado pelos autores.

É possível constatar que existe uma concentração de resultados recuperados na base de dados do *Google Scholar* talvez por ser uma ferramenta de busca aparentemente simples que retorna resultados de vários repositórios de teses, dissertações, monografias, resumos, artigos e até livros. Outras bases que também tiveram um retorno considerável foram a *Capex* e a *REdib*, ambos com vinte e três recuperações cada. Para ter contato com as publicações do Portal de Periódicos da Capex, criado para fortalecer as publicações nacionais visando a democratização da informação, é necessário acessar a Comunidade Acadêmica Federada - CAFE em instituições que são filiadas ao projeto. A *REdib* é uma plataforma que indexa publicações dos países ibero-americanos trazendo importantes contribuições para a área da educação.



Gráfico 3 – Total de artigos selecionados e ano de publicação.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme observado no gráfico 3, o ano de 2020 apresenta a maior quantidade de publicações (6) que tratam do jovem aprendiz buscando compreender como ele próprio percebe a sua participação no programa, levantando-se a partir da sua fala o que veem de sentidos e significados que possam agregar à sua vida profissional e pessoal e de sua expectativa para além desta empreitada.

Os documentos selecionados abordam a relação do egresso com questões sobre quais as motivações que o levaram a procurar o PJA, a grande dificuldade em conseguir o primeiro emprego além do que acredita serem fatores importantes que contribuíram para o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para balizar o *corpus* teórico desta pesquisa, foram utilizadas as buscas em bases de dados como o Portal de Periódicos da Capes, o *Google Scholar*, no SciVerse Scopus, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e a *Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico* (REdib). Optou-se por publicações de até cinco anos, para que fosse realizada uma abordagem homogênea sobre as condições atuais de cumprimento à Lei 10.097/00 e do Decreto nº 9.579/18.

A relevância de estudos sobre a percepção dos sentidos e significados que o próprio jovem aprendiz relata sobre a sua experiência no programa é algo que contribui sobremaneira para compreender o seu anseio em pertencer ao PJA e sobre a sua permanência durante a vigência de seu contrato de aprendizagem. Por este motivo, o presente trabalho optou por pesquisas que direcionaram seus esforços em realizar tal aprofundamento.

Não obstante comprovar a necessidade deste jovem de certa forma sentir-se independente, inclusive financeiramente, é possível verificar através das ponderações que os ganhos ultrapassam a questão complexa do capital. A relação social de contato com os seus iguais, a orientação do professor nas aulas teóricas e a hierarquia reforçada na empresa contribui muito para o seu amadurecimento.

Matta e Ferreira (2020) apresentam que ‘confiança’ foi um item citado por um dos concluintes. Isso reforça a compreensão que a forma como as tarefas são distribuídas, o acompanhamento e, até mesmo o *feedback*, formal ou informal, são importantes para guiar este jovem para o melhor caminho. Além do mais, muitos ainda se direcionam profissionalmente e vislumbram um futuro promissor a partir dos exemplos que acompanha (GOMES et al, 2017).

Claro que, como uma política pública aplicada a nível nacional em um país com realidades tão distintas, existem lacunas que necessitam de reformulação. Uma questão citada no estudo de Magalhães e Granja (2020) é sobre a melhoria do alcance juvenil. Para que este programa conquiste o nível esperado de atendimentos a jovens de 14 a 24 anos que se encontram em vulnerabilidade social, vários agentes devem trabalhar em conjunto para atingir determinado fim.

A empresa, a instituição formadora e o Ministério do Trabalho e Previdência. A empresa cumprindo a cota respectiva conforme a quantidade de funcionários que exercem atividades que demandem formação profissional, porém, é necessário que exista fiscalização e penalidades que sejam realmente aplicadas a quem não cumpre a Lei. Muitas

empresas contam com o esquecimento por parte dos órgãos fiscalizadores e agem como se nada devessem.

As instituições formadoras por sua vez também têm o seu papel para o êxito deste programa, cumprindo com toda a exigência de estrutura física e pedagógica para que a teoria seja aplicada de forma a levar uma aprendizagem integral. Além do mais, as empresas precisam entender que os ganhos da contração de um aprendiz são para além de reduções em encargos sociais e impostos. Cuidar para que este jovem aprenda e apreenda as técnicas e habilidades necessárias para formar-se o melhor profissional para o mundo do trabalho são ganhos que vão ao encontro da expectativa empresarial e a sociedade também é beneficiada de uma forma geral.

No trabalho de Parizzi (2020) há a ratificação da congruência do trabalho e educação, ou seja, essa abordagem deve ser dinâmica e contínua, tanto para o desenvolvimento individual e coletivo e demandam constante atualização e aprendizado ao longo da vida. Esses pilares desempenham papéis interligados e essenciais para o avanço pessoal, em qualquer época.

Tal contextualização aproxima-se da ideia de Marin (2006, p. 108) sobre o que deve propiciar o curso profissionalizante, ou seja, ele deve ser “capaz de proporcionar uma qualificação que vá além dos restritos vínculos do saber para o trabalho e de incorporar dimensões sociais e culturais, reafirmando os jovens e sua família como sujeitos portadores de direitos”.

Na sociedade contemporânea essa relação ganha destaque visto o avanço tecnológico e as decisões que devem ser tomadas cada vez mais rápidas e precisas, os desafios são de todas as áreas e devem ser superados para o progresso social.

Os estudos apontaram para a emprego do método qualitativo, conforme pode ser comprovado na tabela 2, justamente corroborando com o instrumento e técnica aplicado de entrevista (tabela 3). Segundo Creswell (2010, p. 239), “em todo o processo de pesquisa qualitativa, o pesquisador mantém um foco na aprendizagem do significado que os participantes são ao problema ou questão, e não ao significado que os pesquisadores trazem para a pesquisa ou que os autores expressam na literatura”.

Método	N.	%
Quantitativo	1	8
Qualitativo	9	75
Misto	2	17
Total	12	100

Tabela 2 – Escolha do método de pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro apontamento é quanto a escolha dos instrumentos e técnicas utilizadas, conforme observa-se na tabela 3, a escolha pela entrevista, geralmente, “envolvem questões não estruturadas e em geral abertas, que são em pequeno número e se destinam a suscitar concepções e opiniões dos participantes” (CRESWELL, 2010, p. 214).

Instrumentos e Técnicas	N.	%
Entrevista	9	69
Questionário semiestruturado	1	8
Questionário estruturado	3	23
Total	13	100

Tabela 3 – Escolha do instrumento e técnica de pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

Almejando uma comparação sobre o número de citações em cada base de dados (Tabela 4) foi realizado um levantamento nas plataformas onde estão depositados os artigos analisados, sendo que não foi possível verificar esta informação no Portal de Periódicos da Capes, já o *Google Scholar* considera diversas bases de dados favorecendo conhecer, por exemplo, qual o trabalho com maior relevância.

Base de dados analisadas	N. citações	%
Capes	0	0
Google Scholar	6	100%
Total	6	100%

Tabela 4 – Base de dados e total de citações.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisar as informações da Tabela 4 percebe-se que o número de citações é pouco expressivo, dentre os artigos analisados somente dois apresentam indicativos de que integraram outros trabalhos. Acredita-se que pelo fato específico desta revisão considerar os sentidos que este jovem percebe do trabalho, outros estudos são muito direcionados à inspeção da própria política pública.

Considerando o trabalho *Análise compreensiva da inserção no mercado de trabalho através do primeiro emprego: ser-jovem aprendiz*, os autores Pereira e Spíndola (2020), que aparecem com duas citações no *Google Scholar*, preconizaram o exame a partir das falas dos aprendizes buscando pelo entendimento sobre como as relações neste período de sua vida desenvolvem-se, com um misto de sentimentos pela oportunidade vivenciada que, de certa forma, atendem as suas expectativas juvenis de independência financeira,

mas também por uma certa insegurança do desconhecido. Continuam os autores “são estas mudanças significativas que proporcionam as experiências de desenvolvimentos, como a mudança de postura e comportamento, a satisfação pelo novo e também um amadurecimento de maior ou menor grau junto a essas novas possibilidades” (PEREIRA; SPÍNDOLA, 2020, p. 469).

A abordagem realizada pelos autores Graebin et al. (2019) na pesquisa *O significado do trabalho para jovens aprendizes*, alcançam quatro citações no *Google Scholar*, considerando ingressos do programa de aprendizagem evidencia que esta primeira oportunidade abre um leque de possibilidades para este sujeito que acredita que outras chances surjam a partir desta primeira e nela apoiam-se para o que seria a forma de concretizar seus sonhos. Outra questão muito importante levantada é sobre a possibilidade de contato com outras pessoas que contribuem para o sujeito formar a sua identidade, evidenciando inclusive a melhora em suas relações com a família e amigos, pois podem contribuir com os gastos domésticos, o que de certa forma destaca a sua responsabilidade e autoestima.

Embora o recorte temporal para esta revisão tenha sido dos últimos cinco anos é possível perceber que o tema sempre está em pauta em diversas áreas do conhecimento. Tal fato pode ser constatado na tabela 5 onde são apresentadas as áreas encontradas nos artigos analisados, sendo a área de Ciências humanas e sociais a que apresenta maior número de publicações (3), seguida pelas áreas de educação (3) e educação e humanidades (1). Entende-se, para efeito deste estudo que humanidades não deve ser segregada de educação, sendo que, de acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) são consideradas oito áreas do conhecimento². A grande área Ciências Humanas engloba as subáreas de (i) Ciência Política; (ii) Educação; e (iii) Psicologia.

Área de publicação	N. de artigos	Percentual (%)
Política pública - Ciência política	1	8
Ciências humanas e sociais	3	25
Educação	2	17
Educação e humanidades	1	8
Ciência e conhecimento em geral	1	8
Ciências sociais aplicadas	1	8
Psicologia	2	17
Multidisciplinar	1	8
Total	12	100%

Tabela 5 – Artigos por área de publicação

Fonte: Elaborado pelos autores.

² Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/arvore-do-conhecimento>

Através destes levantamos percebe-se que a problematização em torno do ingresso e permanência do jovem no mercado de trabalho é de grande relevância e não foi completamente explorada, restando aos estudos mais recentes discussões acerca do entendimento de como este processo permeia a vida deste sujeito.

Não obstante considerar um país com carência de políticas públicas eficientes às populações menos favorecidas, emerge a intrigante urgência de adequar programas que possam atender com maior equidade as expectativas deste jovem, não somente quanto a sua entrada no programa, mas principalmente como se dá a sua permanência. Além do mais, tanto a instituição formadora quanto a empresa cotista precisam contribuir para a sua formação integral para que este jovem tenha a base teórica necessária e a prática enriquecedora que balizam o seu desenvolvimento profissional, para que esta experiência realmente possa fazer a diferença esperada em todos os sentidos de sua vida.

A partir das principais conclusões extraídas destes trabalhos é possível verificar que muitos apresentaram resultados positivos desta passagem enquanto assistidos pelo programa. Algumas destas considerações podem ser encontradas nos trabalhos de Graebin et al. (2019); Matta e Ferreira (2020); Parizzi (2020); Silva e Lubke (2020), a partir do levantamento pelo contato com os jovens, destacam: (i) atitudes de mudança/transformação e esforço; (ii) liberdade; (iii) autonomia financeira; (iv) complemento da renda familiar; (v) ganho nas relações sociais (vi) amadurecimento pessoal e profissional; (vii) gratidão por terem feito parte do PJA; (viii) contribuição no desenvolvimento das habilidades e competências técnicas; (ix) importância da figura de apoio (na instituição formadora e empresa); (x) melhora na comunicação, no relacionamento interpessoal e responsabilidade.

Claro que, algumas situações podem ocorrer no momento de prática e devem ser comunicadas à instituição formadora por ser ela a responsável por intermediar essa relação de trabalho. No trabalho de Colomby et al (2020) há registros de aprendizes que dizem ser cobrados por algo que não é de sua responsabilidade ou que não fazia parte de sua função como aprendiz. Esses relatos reforçam a necessidade de acompanhamento sócio-psicopedagógico, sendo os jovens a parte mais vulnerável da tríade (instituição formadora-empresa-aprendiz). Sem falar que, como estão na fase de moldar a sua identidade pessoal e profissional, a forma com que são abordados pode causar-lhes uma compreensão equivocada sobre as relações no ambiente de trabalho.

Portanto, nos levantamentos realizados os sujeitos reconhecem em grande parte os benefícios advindos desta primeira experiência como aprendizes pertencentes ao PJA. Elegem e enumeram aquilo que veem de positivo para a sua vida pessoal e profissional, destacam sua apreensão na possibilidade de serem efetivados ao final do contrato de aprendizagem, e acaso isso não ocorra, estariam mais aptos a oportunidade de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de compreender quais os estudos têm explorado sobre o jovem aprendiz, ressaltando a percepção que os sujeitos expressam do seu anseio em fazer parte do PJA, a sua trajetória enquanto conciliam a jornada entre o ensino regular e o trabalho, além do que apreendem neste processo, este estudo buscou realizar uma revisão dos trabalhos publicados dos últimos cinco anos, investigando artigos em diversos repositórios. Percebeu-se que várias áreas do conhecimento demonstram interesse no sujeito, porém, a maioria credita certa ênfase na política pública em si. Nesta amostragem, o número de devolutivas de trabalhos que declaram seu interesse em absorver do protagonista deste programa quais os sentidos e significados que percebem pela sua passagem no programa não foram muito expressivos.

Contudo, é possível alcançar a partir dos estudos que há uma compreensão aprofundada das percepções dos jovens aprendizes em relação ao PJA, destacando que seus ganhos são para além da técnica aprendida para determinado ofício, pois, o contato com os colegas de trabalho apresenta um significado coletivo das relações. Além de notar-se parte de um processo, destacou a valorização pessoal e conquistas nos vínculos familiares e com seus pares.

Ademais, as oportunidades são valiosas àqueles que almejam adquirir experiência profissional enquanto na maioria das empresas é exigido um certo domínio em algumas áreas. O PJA também oportuniza atender as necessidades dos empregadores, mas, o ganho que merece destaque é contemplar o anseio de crescimento pessoal e direcionamento de carreira que estes jovens perseguem pela oportunidade da primeira experiência profissional.

É necessário também, pensar criticamente que o programa atende uma fase significativa, porém, curta de suas vidas. Por esse motivo, é premente pensar como esses jovens serão acompanhados em seu desligamento do programa. Como poderão ser assistidos caso não consigam efetivar-se, ou, ainda, não tenham condições para ingressar em um curso superior.

Evidencia-se, a urgência de pensar em políticas públicas que possam prestar o seu papel estratégico de atendimento a esta população e que estabeleçam diretrizes claras e objetivas de continuidade e direcionamento aos jovens egressos, visto que, isso não seria algo a parte, mas sim uma etapa sucessiva de acompanhamento do jovem egresso para que ele tenha condições de decidir-se profissionalmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **DECRETO Nº 9.579**, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9579.htm. Acesso em: 03 nov 2023.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Árvore do conhecimento**. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp/arvore-do-conhecimento>. Acesso em: 03 nov 2023.

COLOMBY, Renato Koch et al. **Programas de Formação Profissional: a percepção dos jovens aprendizes**. 2020.

COSTA, Camila; WAHBA, Liliana Liviano. O rito de passagem do jovem aprendiz: uma leitura janguiana. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 21, n. 2, p. 1511- 1517, 2021.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DA MATTA, Ruliver Lucio Santana. O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ÓTICA DOS EX-ALUNOS. **Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso**, 2020.

DA SILVA, Karla Kely Rogério; CRUZ, Fatima Maria Leite. Sentidos de trabalho nas imagens compartilhadas por jovens aprendizes em Pernambuco. **Revista Tópicos Educacionais**, v. 24, n. 2, p. 146-173, 2018.

DE CARVALHO, Evaldo Freires et al. Jovem Aprendiz: O adolescente no mercado de trabalho- Reflexões. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. e100101623663-e100101623663, 2021.

GRAEBIN, Rosani Elisabete et al. O significado do trabalho para jovens aprendizes. **Revista Gestão Organizacional**, v. 12, n. 1, 2019.

LUBKE, Larice; DA SILVA, Francielle Molon. A inserção do jovem no mercado de trabalho: o olhar dos jovens aprendizes do Senac de pelotas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 13, n. 25, p. 137-167, 2020.

MAGALHÃES, Cintia Rosa; DOS SANTOS GRANJA, Edna Mirtes. Programa de Aprendizagem e suas Implicações ao Acesso e Continuidade no Mercado de Trabalho: Um Estudo com Jovens Aprendizes/ Learning Program and its Implications to Access and Continuity in the Labor Market: A Study with Young Learners. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 15, n. 54, p. 73-91, 2021.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social**. Goiânia: UFG, Brasília: Plano Editora, 2006.

PARIZZI, Carmelinda. Jovem aprendiz: narrativas sobre sua inserção no mercado de trabalho e aprendizagem. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 41576-41586, 2020.

PEREIRA, Denis Guimarães; SPÍNDOLA, Juliana de Oliveira. Análise compreensiva da inserção no mercado de trabalho através do primeiro emprego: ser-jovem aprendiz. **Revista Educação e Humanidades**, v. 1, n. 2, jul-dez, p. 457-477, 2020.

PIRES, Gilson Scholl et al. Jovem aprendiz como uma nova perspectiva de inclusão social. **Revista Univap**, v. 22, n. 40, p. 395-395, 2016.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. ENS, Romilda Teodora. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, 6 (19), p. 37–50. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 02 nov. 2023.

ROSA, Debora Diana da et al. **Juventudes e trabalho: trajetórias de egressos do programa Jovem Aprendiz**. 2015.